

GRUPO DE MÚNICIPES 1 (97 participantes):

- Não a projectos de construção e a novos usos que não salvaguardam, mas alteram a identidade, a matriz histórica e a integralidade patrimonial deste espaço natural, em particular na zona da Tapada que é um contínuo histórico.
- Não à instalação de um Restaurante /Cafetaria e de comércio na zona do antigo Zoo, no centro do jardim.
- Não ao intuito de aumentar sem limite a afluência à Tapada, sem conhecer a afluência actual e a definição por peritos de um limite para um jardim histórico e sem ter em conta os elevados condicionamentos da envolvente urbana.
- Não à alteração do actual horário diurno.
- Respeitar e preservar a Tapada, o primeiro jardim paisagista em Lisboa, no seu traçado, na sua vegetação, nos seus elementos estruturais ou decorativo e nos seus elementos hídricos.
- Apelo a que a participação cidadã seja tida em conta nas intervenções na Tapada das Necessidades.

GRUPO DE MUNÍCIPIES 2 (14 participantes):

Venho por este meio enviar a minha contribuição, no âmbito do debate público em torno do Plano de Salvaguarda da Tapada das Necessidades, de onde salientamos estes princípios orientadores.

“A Tapada, que é um dos maiores e mais notáveis espaços verdes da cidade de Lisboa, devido à sua singularidade histórica, artística, botânica e paisagística, está parcialmente incluído na Zona de Protecção do Aqueduto das Águas Livres e o conjunto do seu arvoredo classificado de interesse Público.(...)”

Deverá ser eleita “... a solução mais discreta, menos traumática, e que menos constrangimentos traz para o funcionamento natural do património botânico é também um desafio a ter em consideração, sabendo que um jardim histórico é considerado um bem histórico e cultural de interesse público, e isso implica que qualquer intervenção no lugar tem de ter em conta a necessidade de conservação desse património e assim obedecer a uma abordagem cautelosa...”. “Afigura-se essencial preservar absolutamente o sossego e o carácter privilegiado e imersivo que a Tapada tem hoje, não só do ponto de vista sensorial para o utilizador, mas também do ponto de vista ecológico para a cidade, reconhecendo e valorizando a enorme riqueza e biodiversidade do conjunto” (...)

Assim a meu ver, e tendo por base estes princípios:

- Penso que a prioridade da intervenção deverá ser a de recuperação das estruturas em perigo e não de construção para fins que não se coadunam com a importância histórica do local. Não devemos esquecer as irreparáveis perdas com a demolição do picadeiro real e a alienação de uma área significativa da Tapada para, construção do edifício do Instituto de Defesa Nacional.
- Não deverão ser instalados no antigo jardim zoológico a cafetaria/restaurante (pg 84 do vosso Ante Plano) e os postos de venda nos Torreões, como estava no programa de concessão por colocarem em causa os princípios referidos. Este lugar, após restauro e recuperação de todo o edificado ali existente, poderia, a título de exemplo, ser utilizado como centro interpretativo da Tapada, com o mínimo de impacto possível no ecossistema e como local de repouso e reflexão dos visitantes.
- Na minha opinião, as instalações a serem reconstruídas segundo o vosso Antepiano na Zona Norte da Tapada, não deveriam ter uma volumetria superior à existente e a existir um núcleo

cultural tal como citam na pag 71, que fosse para albergar actividades de índole comunitária, didácticas, de divulgação científica e cultural. E nesta zona haver instalações sanitárias públicas para apoio ao visitante.

- Admito ainda, caso seja considerado necessário ou adequado, que, poderá existir um pequeno quiosque (efémero) com uma mini esplanada na zona Sul, numa clareira, “onde o coberto arbóreo não seja de nenhum modo afectado”(pg 71) e o mais próximo possível da periferia, para apoio do visitante a sul
- O horário da Tapada deverá permanecer como é actualmente, um horário apenas diurno (e não “maioritariamente diurno” como indicado na pg 83). Concordo que é necessário “condicionar e controlar os horários, o modo e os circuitos de abastecimento e manutenção necessários”.
- No que respeita a instalações sanitárias públicas e acesso a água potável, considero ser urgente a sua existência no topo Norte e ser reactivada a instalação a Sul existente perto da escola, aliás já há muito pedida, o que está de acordo com este Antepiano.
- A Tapada deverá ter vigilância adequada para evitar os actos de vandalismo e distúrbios que ocorrem em certos dias de maior afluência em vários pontos. É essencial estender esta vigilância à entrada da zona Norte.
- Concordo com a utilização do Conjunto edificado a recuperar como “núcleo de formação profissional - Escola de Jardinagem e Arboricultura” (pg 71) e saúdo a criação da Horta e Viveiro e a figura de um Conservador para a Tapada.

GRUPO DE MUNÍCIPIES 3 (6 participanetes):

- Digo NÃO a construção de restaurante, cafetaria no antigo Zoo
- Digo SIM à recuperação do património histórico e natural
- Digo SIM à preservação deste Lugar de tranquilidade e contemplação

OUTRAS CONTRIBUIÇÕES INDIVIDUAIS DE MUNÍCIPIES:

MUNÍCIPE A [REDACTED]

Venho pelo presente meio remeter a minha contribuição, no âmbito do debate público em torno do Plano de Salvaguarda da Tapada das Necessidades, do qual saliento os seguintes princípios orientadores:

1. “ (...) a Tapada, que é um dos maiores e mais notáveis espaços verdes da cidade de Lisboa, devido à sua singularidade histórica, artística, botânica e paisagística, está parcialmente incluído na Zona de Protecção do Aqueduto das Águas Livres e o conjunto do seu arvoredado classificado de interesse público.”;
2. Deverá ser eleita “(...) a solução mais discreta, menos traumática e que menos constrangimentos traz para o funcionamento natural do património botânico é também um desafio a ter em consideração, sabendo que um jardim histórico é considerado um bem histórico e cultural de interesse público, e isso implica que qualquer intervenção

no lugar tem de ter em conta a necessidade de conservação desse património e assim obedecer a uma abordagem cautelosa”;

3. “Afigura-se essencial preservar absolutamente o sossego e o carácter privilegiado e imersivo que a Tapada tem hoje, não só do ponto de vista sensorial para o utilizador, mas também do ponto de vista ecológico para a cidade, reconhecendo e valorizando a enorme riqueza e biodiversidade do conjunto (...)”.

Por conseguinte, e tendo por base os princípios orientadores enunciados:

- Qualquer ação de recuperação, conservação e restauro a levar a cabo, tanto nas estruturas edificadas, como no coberto vegetal, deverá ter em conta que a extrema importância histórica deste jardim é inquestionável e foi até recentemente reconhecida pela Exposição “Jardins Históricos de Portugal - Memória e Futuro”, patente na Biblioteca Nacional de Portugal e promovida pela própria Câmara Municipal de Lisboa no âmbito da celebração de Lisboa Capital Verde 2020;
- Resgatar a Tapada das Necessidades do esquecimento dos lisboetas, conservando-a e recuperando-a com escrupuloso respeito pelas diversas valências deste jardim histórico é uma tarefa de enorme magnitude e exigência, o que aliás foi reconhecido pelo Ministério da Agricultura quando este organismo, através de protocolo, passou a gestão da Tapada para a Câmara Municipal de Lisboa. Deve, por isso, ser seguido um modelo de recuperação da Tapada das Necessidades que respeite escrupulosamente os princípios dos jardins históricos e, no caso específico da Tapada das Necessidades, daquilo que foi durante muito tempo um parque botânico para aclimação de espécies originárias de outras partes do mundo. A coleção botânica, nesse sentido, deve ser não só conservada, mas também recuperada tendo em conta a lista de espécies que existiram no jardim. Ter em conta que, de jardim barroco setecentista, o a Tapada das Necessidades foi transformada por D. Fernando II num parque de experimentação botânica, que serviu de ensaio para a construção do Parque da Pena, em Sintra. Essa memória deve ser preservada;
- Uma vez recuperada, a Tapada das Necessidades deverá promover, em ligação estreita às artes e à comunidade, a educação ambiental e ecológica. O projeto a avançar para o terreno deverá procurar recriar, de forma faseada e sustentada em investigação histórica e científica, o espaço florestal, artístico e de recreio de grande qualidade que ali existiu no século XIX. A reabilitação pode passar por recriar uma das estufas de plantas exóticas da Tapada ou por construir um borboletário;
- Em termos financeiros, a recuperação da Tapada das Necessidades, ao invés da concessão a privados, deve privilegiar tanto quando possível, as verbas disponíveis em Fundos Europeus, programas de desenvolvimento (como por exemplo o LEADER/DLBC), receitas originárias da Taxa Municipal Turística, e mecenato;
- Julgo que a intervenção na Tapada das Necessidades deverá priorizar a recuperação das estruturas edificadas com reconhecido valor histórico, e não a de construções para fins que não se coadunam com a importância histórica do local e, pior, que o descaracterizam por completo. É importante não esquecer a perda irreparável que significou a demolição do Picadeiro Real, para a alienação de uma parte do terreno da Tapada das Necessidades onde hoje estão instalados os serviços do Instituto da Defesa Nacional (IDN);
- Não deverão ser instalados na estrutura edificada do antigo Jardim Zoológico (hoje muito degradada) o espaço de Cafeteria / Restaurante (v. Antepiano, p. 84), assim como postos de venda previstos para os Torreões, tal como se menciona no programa de concessão, não só por colocarem em causa os princípios orientadores referidos, mas também por nenhuma relação terem com o espaço em causa. Em alternativa, o espaço do antigo Jardim Zoológico, assim como a Estufa Circular e a Casa de Fresco, após restauro cuidado e recuperação criteriosa, poderiam, a título de exemplo, ser utilizados como Centro Interpretativo da Tapada

das Necessidades, o que poderia simultaneamente gerar receita com a atração de visitantes (nacionais e estrangeiros) e cumprir objetivos claros em matéria de educação ambiental da população lisboeta. A recuperação destes espaços deverá ser feita com o mínimo impacto possível no ecossistema e como local de repouso, fruição e reflexão dos visitantes;

- As instalações a serem reconstruídas, segundo o vosso Antepiano, na Zona Norte da Tapada das Necessidades, não deverão ter uma volumetria superior à que atualmente existe e, caso venha a existir um núcleo cultural neste espaço (v. Plano Ordenador de Salvaguarda - MAPA, p. 71), ele poderá servir para albergar actividades de índole comunitária, didáticas, de divulgação científica e cultural. Nesta zona devem também estar previstas instalações sanitárias para apoio ao visitante;
- Admito ainda, caso seja considerado necessário ou adequado, que poderá existir um pequeno Quiosque com pequena esplanada na Zona Sul, numa clareira existente, “onde o coberto arbóreo não seja de nenhum modo afectado” (v. Idem, p. 71) e o mais próximo possível da periferia, para apoio do visitante a sul;
- O horário de fruição da Tapada das Necessidades deverá permanecer como é atualmente, em horário apenas diurno (e não “maioritariamente diurno”, como indicado na página 83). Concordo que é necessário “condicionar e controlar os horários, o modo e os circuitos de abastecimento e manutenção necessários”;
- No que respeita a instalações sanitárias públicas e acesso a água potável, considero ser urgente a sua existência na Zona Norte da Tapada das Necessidades, assim como a reactivação das instalações sanitárias outrora existentes na Zona Sul, aliás já há muito pedida, e que está de acordo com este Antepiano;
- A Tapada das Necessidades deverá ter vigilância adequada para evitar o atos de vandalismo que se têm vindo a suceder e repetir nas últimas décadas, assim como para evitar distúrbios que ocorrem em certos dias de maior afluência em vários pontos. É essencial estender esta vigilância à entrada da Zona Norte;
- Concordo com a utilização do conjunto edificado a recuperar como “núcleo de formação profissional - Escola de Jardinagem e Arboricultura” (v. Página 71) e saúdo a criação de uma Horta e Viveiro, assim como a figura de um Conservador para a Tapada (v. Páginas 68 e 88).

MUNÍCIPE B [REDACTED]

Um debate público feito através do Outlook, sem qualquer especificação para tal, é no mínimo estranho. Não sei para quem estou a enviar a minha opinião. Em primeiro lugar acho bizarro não haver arquitetos na equipa que elaborou o plano. Não é bom sinal esquecer uma disciplina que projeta os espaços para o uso humano. Em segundo lugar e precisamente por causa deste esquecimento, a grande preocupação foi essencialmente em torno das espécies vegetais e de uma perspetiva histórica. Mas como se pensa que a Tapada das Necessidades será efetivamente usada e usufruída nos seus diversos espaços, sejam exteriores abertos, sejam exteriores mais limitados, sejam cainhos pedonais, sejam espaços interiores, etc? As diversas acessibilidades não são sequer mencionadas, desde os peões de várias idades e com diversas capacidades até às pessoas com dificuldades motoras ou visuais. Nada é dito sobre o abastecimento do restaurante e quiosques e que áreas estes devem ter. Aliás, compreende-se as críticas vindas a público que apontam para um enorme restaurante. A indicação no plano é enorme porque muito pouco especificada. E quanto a eventos com muito mais pessoas que simples passeantes ou comensais no restaurante? Nada é dito! Mesmo sobre a escola existente, a única indicação é uma recuperação. Mas que recuperação? Em resumo, os autores do plano esqueceram as pessoas e os usos concretos por elas gerados, bem como os espaços de uso mais intenso como o restaurante e os quiosques (e até a escola)!

MUNÍCIPE C [REDACTED]

Acrescentando ainda:

- - Peço que não utilizem herbicidas ou outro tipo de agrotóxicos neste Jardim. Importa recordar que neste Jardim brincam crianças todos os dias a toda a hora.
- - Saúdo a execução da obra das lombas na estrada lateral, contudo penso que podem também ser acrescentadas lombas na entrada bem com uma cancela de entrada e saída. Penso que entram e saem demasiados carros pela saída sul sem a devida autorização. Uma cancela na entrada poderia limitar um pouco mais e conseguir apenas permitir a entrada a veiculos autorizados.
- - É urgente colocar uma casa de banho na parte central deste Jardim de utilidade. Um jardim sem casa de banho é algo terceiro mundista. Até que o projecto esteja definido agradece-se a colocação de cabines provisórias como as que foram instaladas no Jardim da Estrela.
- - Gostaria de questionar se existe alguma escala de serviço da Policia de Segurança Pública ou Policia Municipal para rondas diárias no Jardim da Tapada das Necessidades, se ela não existir, recomendo que pelo menos uma vez por dia haja uma ronda Policia total, para preservar o pouco do património que resta neste Jardim e também tentar salvaguardar aqueles que o defendem de quem não o respeita. Esta é também uma necessidade com caracter urgente.

MUNÍCIPE D [REDACTED]:

Venho por este meio enviar a minha contribuição, no âmbito do debate público em torno do Plano de Salvaguarda da Tapada das Necessidades, que deve ser considerado como património nacional.

Podia fazê-lo de acordo com os famosos "brandos costumes" dos portugueses, mas dada a gravidade da situação e a forma brutal como os portugueses são tratados pelos seus (i)legítimos representantes governamentais, faço-o sem "papas na escrita":

Eu, Marta Leite, cidadã portuguesa, venho manifestar o meu veemente desacordo quanto à construção do Restaurante-Cafetaria no antigo Zoo da Tapada das Necessidades de Lisboa, quanto à alteração da sua identidade, à violação da sua integridade, e ao desrespeito pela sua preservação, seu contexto e essência. E porquê?

Porque:

Sou contra esta descarada manifestação de corrupção, de abuso de poder e de usurpação de património histórico e colectivo.

Sou contra mais um exemplo vergonhoso deste tipo de actuação, muito semelhante à "obra manhosa" que está em curso no Jardim da Estrela, em Lisboa, onde se destruiu um edifício de inestimável valor histórico para erguer uma construção que visa apenas desviar fundos e encher os bolsos de outro grupo do mesmo bando de corruptos. Obra essa que, devido à polémica entretanto verificada, assenta agora numa "intenção de lobo, vestida com pele de cordeiro" invocando tratar-se da restauração do antigo edifício, quando todos sabemos que restaurar não é deitar abaixo, mas sim reparar carinhosamente a estrutura existente.

Venho ainda, como co-proprietária deste espaço público que é património de todos, e como contribuinte responsável por parte dos ordenados destes mesmos indivíduos que, ainda assim, pagos por nós, nos roubam e nos tentam enganar, exigir a correcta preservação da Tapada das Necessidades e a manutenção do seu património histórico e natural.

Comecem por reparar simplesmente uma das casas desse Zoo histórico (telhado, tecto, portas e janelas), instalem lá dentro os vigilantes da Tapada, e salvaguardem a preciosa obra de arte

que é a maravilhosa estufa, actualmente vandalizada apenas por ninguém lá estar para a vigiar. A não ser que este tipo de soluções não vos interessem, por serem, obviamente, viáveis, baratas e não irem encher os bolsos a ninguém. Caso interessem, por favor contem com o meu contributo para futuras soluções de fácil implementação a baixíssimo custo, comparativamente com as que desejam levar a cabo com o dinheiro dos outros.

MUNÍCIPE E [REDACTED]

-Respeitar, preservar e recuperar a Tapada, o primeiro jardim paisagista em Lisboa, no seu traçado, na sua vegetação, nos seus elementos estruturais ou decorativo e nos seus elementos hídricos;

- Relembro que o executivo camarário que quer fazer esta intervenção na Tapada das Necessidades acabou de deitar abaixo o chalet histórico, único, bi-centenário que havia no Jardim da Estrela. Com os protestos dispuseram-se a edificar no mesmo local uma cópia do que havia. Então porque deitaram abaixo o original para construir uma cópia? Para quê gastar dinheiro dos contribuintes para ficar com uma cópia quando o original, muito mais valioso já lá estava? Para gastarem o dinheiro dos contribuintes atribuindo obras a apaniguados que lhes pagam comissões, a la Sócrates.

Acresce que o número dois deste executivo camarário foi formalmente acusado de corrupção por valores que ultrapassam os mil milhões de euros! Mais de mil milhões de euros! Só numa das golpadas são mais de 340 milhões de euros.

Obviamente o presidente da câmara deveria ter-se demitido de imediato. Não saber não é desculpa. Mesmo reconhecendo que não há como um corrupto para não se importar de passar por completo atrasado mental, quando isso lhe convém, um presidente é responsável pelos actos oficiais daqueles que escolhe e responde por eles.

Se tiver metido a mão na massa vai de cana também. Se não tiver metido, ainda assim é responsável pela escolha dele ter tido, para os cidadãos, os resultados que teve. Por mil milhões devia pedir desculpa instantaneamente e emigrar para onde não o conhecessem E tem a obrigação moral de se demitir para não interferir nas investigações e no processo em curso.

Este presidentezinho disse que não sabia de nada, que não há nada, que não é nada e continua, alegre e contente, a fazer estas negociatas como a da Tapada e a do Jardim da Estrela. Baseado no não sabia? Não, na falta de vergonha-na-cara e na avidez de poder continuar a fazer o mesmo. Este não sabia que o seu número dois tinha actos de gestão da coisa pública que o fizeram ser acusado de corrupção por mais de mil milhões, o outro fugiu mas não sabia que os seus ministros e outros capangas violavam crianças na Casa Pia. O PS todo não desconfiava da vida luxuosa do sócrates e ministros levam-lhe malas de dinheiros mas não sabiam que era corrupção. Já chega. Políticos corruptos, Portugal não é vosso, somos nós que vos pagamos o ordenado, a dívida pública e os roubos. Prestem contas e para começar tirem as garras da Tapada das Necessidades.

MUNÍCIPE F [REDACTED]

Saúdo o ambicioso Plano de Salvaguarda,

~ porém, eu acho que deveria ter vindo antes da aprovação de uma concessão que descaracterizaria o jardim histórico e único que é a Tapada das Necessidades.

Na minha opinião:

A Tapada das Necessidades precisa de uma recuperação que respeite o seu carácter singular e histórico.

- NÃO precisa de um restaurante, já há muitos na área, mas só há uma Tapada das Necessidades.
- NÃO precisa de comercialização, equipamentos, massificação.
- NÃO a novas construções em estilo contemporâneo , que não se enquadrem em um jardim histórico e romântico.
- A Tapada das Necessidades NÃO é propriedade da CML, é património de todos nós, que deve ser protegido e cuidado.
- Peço que a Tapada mantenha a sua tranquilidade e biodiversidade, a sua função como um oásis no meio do caos da cidade.
- No espírito de "Lisboa Capital Verde", peço a anulação do contrato de concessão à empresa BananaCafe.

MUNÍCIPE G

A estupefação que senti ao saber deste novo projecto é simplesmente indescritível. Um projecto que é uma alienação absurda dum espaço que considero, como muitos, sagrado na cidade de Lisboa.

A Tapada das Necessidades ocupa desde há muito tempo um lugar especial nas minhas memórias, por se tratar, precisamente, de um espaço que, apesar de estar "abandonado à sorte" há muito tempo, tem mantido a sua identidade tão característica. E, em vez da sua reabilitação total, Vossas Exas. pretendem implementar este novo projecto? Por palavras simples e directas: Querer alterar ou desvirtuar a sua matriz histórica é aberrante e uma conspurcação de um espaço, como disse anteriormente, sagrado e em tudo superior àquele pensado no projecto apresentado por V. Exas. Mais: Isto é de uma falta de decência que não tem qualificação.

MUNÍCIPE H

Constituindo a Tapada das Necessidades um espaço de refúgio e tranquilidade, propício ao repouso e à contemplação, qualquer estratégia para a sua requalificação e salvaguarda a longo prazo, que tenha isto em conta, não deve promover novas actividades, no seu interior, que acarretem mais carga humana permanente, bem como movimentações de viaturas e logísticas. Por tal razão, proponho a supressão da execução dos seguintes elementos construídos:

- Restaurante, em qualquer ponto da Tapada;
- Núcleo Cultural (UE2);
- Oficinas / Estúdios (UE5);
- Núcleo de formação profissional – Escola de Jardinagem (casas E12 e E13).

Proponho ainda a demolição de todos os edifícios sem valor patrimonial relevante, e a "renaturalização" dos correspondentes espaços, exceptuando-se :

- UE3 , aonde poderá ficar instalado o Núcleo de Gestão de Acolhimento e, eventualmente, um Centro de Interpretação;
- R1, aonde poderá ficar instalado um Quiosque / Cafeteria.

MUNÍCIPE I

Venho por este meio enviar a minha contribuição, no âmbito do debate público em torno do Plano de Salvaguarda da Tapada das Necessidades – Antepiano. A referida Tapada está classificada como Imóvel de Interesse Público e Zona Especial de Protecção e insere-se numa zona de Reserva Florestal Nacional. É um jardim histórico muito pouco intervencionado, mas com uma forte identidade e um extraordinário equilíbrio ecológico. São 10 ha com arvoredo espesso, plantas exóticas, um magnífico relvado, lagos e animais livres e um conjunto de peças artísticas de uma época romântica. Como lembra o Arquitecto Paisagista João Albuquerque Carreiras, “as Necessidade são o grande jardim real de Lisboa, através do qual se pode contar a história de Portugal desde o século XVIII – quando foi construído pelas mãos de D. João V ao estilo barroco –, passando pela grande intervenção de D. Fernando II e D. Maria II (...), por D. Carlos – que aqui viveu e foi velado – e por D. Manuel II, que daqui fugiu aquando da implantação da República.” A Tapada merece uma intervenção cuidada. Há construções abandonadas que podem ser requalificadas e utilizadas de acordo com objectivos culturais ou pedagógicos especiais, algumas instalações de apoio são desejáveis, nomeadamente numa zona periférica da Tapada. A manutenção e a segurança da fauna e da flora devem ser garantidas. Ora, acrescenta ainda com perplexidade o referido especialista, “a CML avançou com um processo de concessão de edifícios, inseridos num jardim histórico (...) a uma empresa privada, sem ter um projecto (ou ideia global) para esse jardim, 2 atribuindo usos a esses edifícios que não estão enquadrados num plano para a tapada e não sendo claro quem será responsável pelo dito plano de gestão (pelo plano, pela sua execução e pela gestão)” (Carreiras, João A., “Não havia Necessidade(s)”, Revista BICA, 2020). Estas considerações são algumas das razões que me levam a ser contra um projecto de intervenção que se afigura desajustado e contrário ao valor histórico e patrimonial, bem como à identidade socio-cultural do local. Aliás, o próprio Plano de Salvaguarda da Tapada das Necessidades o reconhece: “A Tapada, que é um dos maiores e mais notáveis espaços verdes da cidade de Lisboa, devido à sua singularidade histórica, artística, botânica e paisagística, está parcialmente incluído na Zona de Protecção do Aqueduto das Águas Livres e o conjunto do seu arvoredo classificado de interesse Público.(...). Mais ainda, deverá ser eleita “... a solução mais discreta, menos traumática, e que menos constrangimentos traz para o funcionamento natural do património botânico é também um desafio a ter em consideração, sabendo que um jardim histórico é considerado um bem histórico e cultural de interesse público, e isso implica que qualquer intervenção no lugar tem de ter em conta a necessidade de conservação desse património e assim obedecer a uma abordagem cautelosa...”. “Afigura-se essencial preservar absolutamente o sossego e o carácter privilegiado e imersivo que a Tapada tem hoje, não só do ponto de vista sensorial para o utilizador, mas também do ponto de vista ecológico para a cidade, reconhecendo e valorizando a enorme riqueza e biodiversidade do conjunto” (...) Assim a meu ver, e tendo por base esses princípios: - A prioridade da intervenção deverá ser a de recuperação das estruturas em perigo e não de construção para fins que não se coadunam com a importância histórica do local.³ Não devemos esquecer as irreparáveis perdas com a demolição do picadeiro real e a alienação de uma área significativa da Tapada para, construção do edifício do Instituto de Defesa Nacional em 1974. Convirá lembrar que, entre 1987/1990, o mesmo IDN tentou ampliar as suas instalações, ocupando 3.000m² de área, o que só não veio a suceder por rejeição dos amigos da Tapada e, sobretudo, graças a um Parecer negativo da Procuradoria Geral da República (Parecer 87/1990 de 11 de novembro) pedido pelo Senhor Ministro da Defesa. - Não deverão ser instalados no antigo jardim zoológico a cafetaria/restaurante (página 84 do vosso Antepiano) e os postos de venda nos Torreões, como previsto no programa de concessão, por colocarem em causa os princípios referidos e pelos efeitos potencialmente perigosos da zona de apoio ao mesmo previsto para o subsolo. Com efeito, o “traçado da galeria das Necessidades (com uma extensão de 1100 metros), apesar de identificado em plantas históricas da propriedade, não foi integralmente transposto para a cartografia de salvaguarda, possibilitando assim intervenções sobre o solo que podem resultar na sua destruição (in Projecto de resolução do PSD para a Tapada das Necessidades de 23 Junho de 2021). Estelugar, após restauro e recuperação de todo o edificado ali existente, poderia, a título

de exemplo, ser utilizado como centro interpretativo da Tapada, com o mínimo de impacto possível no ecossistema e como local de repouso e reflexão dos visitantes. - Por outro lado, e logo que possível, torna-se imperioso recuperar a Casa do Regalo, desde 2005 afecta à Secretaria-Geral da Presidência da República para nela se instalar o gabinete do ex-Presidente da República Dr. Jorge Sampaio, o que levou a obras de conservação e restauro do edifício de modo a adequá-lo às suas novas funções. Contudo, o resultado dessa intervenção é incongruente com o que constituía um Pavillon de Plaisance com uma importância reconhecível em parâmetros Internacionais, bem como a respectiva envolvente, parte indivisível do Projecto original da Casa Real. - As instalações a serem reconstruídas segundo o vosso Antepiano na Zona Norte da Tapada, não devem ter uma volumetria superior à existente e, a existir um núcleo cultural tal como citam (na pag 71 e no Plano Ordenador de Salvaguarda - MAPA), que tenha como fim albergar actividades de índole comunitária, didácticas, de divulgação científica e cultural. E nesta zona haver instalações sanitárias públicas para apoio ao visitante. - Admito ainda, caso seja considerado necessário ou adequado, que possa existir um pequeno quiosque (efémero) na zona Sul, numa clareira, “onde o coberto arbóreo não seja de nenhum modo afectado” (página 71) e o mais próximo possível da periferia, para apoio do visitante. - O horário da Tapada deverá permanecer como é actualmente, um horário apenas diurno (e não “maioritariamente diurno” como indicado na pg 83). - No que respeita a instalações sanitárias públicas e acesso a água potável, considero ser urgente a sua existência no topo Norte e ser reactivada a instalação a Sul existente perto da escola, aliás já há muito pedida, o que está de acordo com este Antepiano. - A Tapada deverá ter vigilância adequada para evitar actos de vandalismo e distúrbios que ocorrem em certos dias de maior afluência em vários pontos. É essencial estender esta vigilância à entrada da zona Norte. 5 - Concordo com a utilização do Conjunto edificado a recuperar como “núcleo de formação profissional - Escola de Jardinagem e Arboricultura” (p. 71) e bem assim com a criação da Horta e Viveiro e a figura de um conservador para a Tapada (pp. 68 e 88). Para terminar, permito-me citar um excerto de um texto elaborado a este propósito pela Profª Doutora Maria Isabel Roque: ‘ “A Tapada das Necessidades, tal como um jardim, um parque, uma horta, provocam uma rutura no espaço urbano e permitem o repouso numa ilusão de regresso ao mundo natural. Como relembra Aurora Carapinha, arquiteta paisagista com Doutoramento em Artes e Técnicas da Paisagem, num post publicado no Facebook, ‘Jardins, parques, tapadas, independentemente da sua expressão artística (esta fruto do espírito do tempo) responderam sempre à necessidade: de fundar uma ruralidade no espaço urbano; de introduzir, num espaço essencialmente inerte decorrente da sua materialidade, um espaço de descompressão daquela espessura; de criar um mundo, que sendo também um artifício, complementava o outro que lhe é contíguo.’ O projeto para a Tapada das Necessidades é a contradição deste princípio fundador, mas também a contradição daquilo que nos é natural e que o confinamento a que temos sido obrigados nos obrigou a redescobrir: esta necessidade intrínseca de respirar ao ar livre. Em sentido contrário, o projeto que se anuncia para a Tapada é a urbanização estridente dos vestígios de ruralidade na cidade. Mesmo que o resultado seja um espaço arquitetónico ao gosto do século XX, o novo projeto acabará por lhe retirar o encanto primacial do jardim romântico que a Tapada ainda conserva e por perturbar a harmonia da conjugação entre a vegetação autóctone e espécies exóticas, pensada por Bonnard. Entre acantos, lagos e miradouros, aqui convivem alfarrobeiras, carvalhos, zambujeiros, 6 medronheiros, dragoeiros, pimenteiros-bastardas, lódãos, sóforas-do-japão, ao lado do jardim dos cactos. Este é um dos mais antigos da Europa e referido como uma das maiores coleções de cactos a nível mundial.” (Roque, Maria Isabel, “Tapada das Necessidades, entre a incúria e a fúria,” in a.muse.arte, 2021/03/16, <https://amusearte.hypotheses.org/7127>.),

Constituindo a Tapada das Necessidades um espaço de refúgio e tranquilidade, propício ao repouso e à contemplação, qualquer estratégia para a sua requalificação e salvaguarda a longo prazo, que tenha isto em conta, não deve promover novas actividades, no seu interior, que acarretem mais carga humana permanente, bem como movimentações de viaturas e logísticas. Por tal razão, proponho a supressão da execução dos seguintes elementos construídos:

- Restaurante, em qualquer ponto da Tapada;
- Núcleo Cultural (UE2);
- Oficinas / Estúdios (UE5);
- Núcleo de formação profissional – Escola de Jardinagem (casas E12 e E13).

Proponho ainda a demolição de todos os edifícios sem valor patrimonial relevante, e a “renaturalização” dos correspondentes espaços, exceptuando-se :

- UE3 , aonde poderá ficar instalado o Núcleo de Gestão de Acolhimento e, eventualmente, um Centro de Interpretação;
- R1, aonde poderá ficar instalado um Quiosque / Cafeteria.

MUNÍCIPE L

Sou residente na Freguesia da Estrela, sou licenciado em direito e trabalho na administração pública, tendo conhecimentos em urbanismo e ordenamento do território.

Venho comunicar o meu repúdio do projeto relativo à concessão da Tapada das Necessidades. Com efeito, para além de me parecer ilegal por violação do regime florestal a que a Tapada das Necessidades está sujeita, este projeto desvirtua completamente o ambiente natural que deve predominar neste local. Para além disso, tenho sérias dúvidas se esta concessão não constitui um incumprimento das obrigações que o Município de Lisboa assumiu quando celebrou o protocolo com o Estado Português que lhe concedeu a gestão deste espaço.

Não queremos que a Tapada das Necessidades perca a sua singularidade e se transforma num qualquer jardim público, entregue a interesses comerciais.

Não queremos negócios na Tapada das Necessidades. Queremos natureza, biodiversidade, tranquilidade, calma e pureza.

De todas as pessoas com quem troquei impressões sobre este projecto e que residem aqui na área, não houve uma única que o apoiasse pelo que, muito estranho que se avance com um projeto desta natureza, com tão baixo apoio popular.

Caso o projeto avance, é provável que os tribunais anulem as decisões tomadas pelo Município neste âmbito

MUNÍCIPE M

Venho por este meio enviar a minha participação, no âmbito do debate público em torno do Plano de Salvaguarda da Tapada das Necessidades, do qual saliento:

- A Tapada é um dos maiores e mais notáveis espaços verdes da cidade de Lisboa que, devido à sua singularidade histórica, artística, botânica e paisagística, está parcialmente incluída na Zona de Protecção do Aqueduto das Águas Livres e cujo arvoredo no seu conjunto está classificado como de Interesse Público.
- Não deverá ser adoptada qualquer solução que provoque constrangimentos ao património botânico natural, que deve ser considerado um património histórico e cultural de interesse público, pelo que qualquer intervenção terá que ter obrigatoriamente em conta a conservação desse património.

- É igualmente essencial preservar o sossego e o carácter privilegiado e imersivo que a Tapada tem hoje, não só do ponto de vista sensorial para o utilizador, mas também do ponto de vista ecológico, reconhecendo e valorizando a enorme riqueza e biodiversidade do conjunto.

- A prioridade da intervenção deverá ser a recuperação das estruturas em perigo e não a construção de novo edificado que não se coadune com a importância histórica do local. Já bastam as perdas irreparáveis com a demolição do picadeiro real e a alienação de uma área significativa da Tapada para construção do edifício do Instituto de Defesa Nacional.

Assim considero que:

1- Não deverão ser instalados no antigo jardim zoológico a cafetaria/restaurante nem os postos de venda nos Torreões, podendo eventualmente o edificado ali existente ser utilizado como centro interpretativo da Tapada, com um impacto mínimo no ecossistema, e como local de repouso e reflexão dos visitantes.

2 - As instalações a serem reconstruídas na Zona Norte da Tapada, que não poderão ter uma volumetria superior à existente, têm que prever instalações sanitárias públicas para apoio ao visitante e o acesso à água potável.

2- A existir ali um núcleo cultural que seja para albergar actividades didácticas de índole comunitária e de divulgação científica e cultural.

3 - Não deverá existir qualquer quiosque pois na envolvente da Tapada existem cafés e restaurantes, para apoio ao visitante.

3 - O horário da Tapada deverá manter-se como actualmente.

4- O acesso à água potável deve também ser reactivada a Sul perto da escola, aliás já há muito pedida.

5- A Tapada deverá ter vigilância adequada, tanto na zona Sul como na zona Norte, para evitar actos de vandalismo e distúrbios que eventualmente possam ocorrer.

6- O Conjunto Edificado a recuperar deve constituir o “núcleo de formação profissional - Escola de Jardinagem e Arboricultura”, bem como integrar a Horta e o Viveiro.

7 - Deve igualmente ser criada a figura de Conservador para a Tapada.

MUNÍCIPE N [REDACTED]

Tenho acompanhado a atividade do grupo Amigos da Tapada e preconizo que a Tapada das Necessidades deva ser restaurada e reposta ao que existia no tempo dos seus residentes até 1910, integral e fielmente.

Não concordo com a escola dentro da Tapada.

O edifício da Defesa Nacional poderá um dia ser convertido nessa escola, em cafetaria, espaço de informação, de exposições, casas de banho etc.

Apoio a expansão de locais para merendar desde que discretos.

O pavilhão de chá (escr Sampaio) poderia vir a ser uma cafetaria quando desocupado, mas sem alterar a volumetria nem o seu perímetro.

Até lá, a CML poderá utilizar edifícios externos ao recinto.

MUNÍCIPE O [REDACTED]

Sou residente na Rua do Borja e não vejo plano sobre os animais do jardim. Especificamente, alguém introduziu recentemente um grande grupo de galos e galinhas que não existiam antes. Não tenho certeza se isso foi feito legalmente. Eles geram poluição sonora, acordando os vizinhos nas primeiras horas da manhã. E não acho que seus subprodutos animais sejam compatível com a proteção de o ambiente no jardim.

MUNÍCIPE P [REDACTED]

Para os devidos efeitos, venho expressar a minha total oposição ao Antepiano que a Câmara Municipal de Lisboa elaborou para a Tapada das Necessidades, desde logo, porque considero que é um completo equívoco designar este plano como sendo de “Salvaguarda”.

De acordo com as cartas e convenções internacionais de referência, designadamente desde a Carta de Washington - Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas (ICOMOS, 1987): “Os planos de salvaguarda devem procurar definir uma articulação harmoniosa das áreas urbanas históricas com o conjunto da cidade [...] e prever formas de envolvimento dos habitantes”.

Acontece que, no caso da Tapada das Necessidades, a CML tem feito tudo para evitar um debate transparente e participativo sobre o futuro deste parque histórico, insistindo em dar continuidade a um plano que tem merecido duras críticas por parte de vários especialistas e de comunidades de cidadãos empenhados em preservar o património cultural em causa. Esta oposição, que é transversal a vários sectores da sociedade e da política portuguesa, traduz-se numa petição que já conta com mais cerca de 12.000 assinaturas e que deveria, por si só, ter levado a CML a admitir que o plano elaborado não defende o património em presença nem respeita o interesse público.

Concordando, na generalidade, com os problemas já identificados pelo grupo de Amigos da Tapada das Necessidades, gostaria de salientar algumas questões prioritárias e apelar à responsabilidade da CML no sentido de:

- Evitar por completo a privatização e a descaracterização deste parque público, mediante a introdução de usos incompatíveis com os valores patrimoniais e ambientais da Tapada, nomeadamente quiosques, restaurantes e esplanadas;
- Recusar o atravessamento desta área verde, vital para o equilíbrio ambiental da cidade e o bem-estar da população, por automóveis e veículos pesados, cuja presença seria inevitável para o funcionamento de espaços de restauração e conferências (por exemplo, com situações constantes de cargas e descargas);
- Reabilitar os imóveis existentes segundo os princípios de intervenção mínima, uso compatível e conservação integrada. Para tal, sugere-se a criação de espaços orientados para a divulgação e manutenção do próprio parque, designadamente um centro de conservação da fauna e flora existentes na Tapada;
- Respeitar e cuidar as plantas e os animais que povoam a Tapada, promovendo acções regulares de limpeza, conservação e assistência. A este respeito, convém lembrar que existe na Tapada das Necessidades uma colónia de gatos registada pela CML, com mais de 30 animais, alguns deles trazidos pela própria Câmara, e que têm sido alimentados, medicados e esterilizados essencialmente graças a um pequeno grupo de voluntários. Ao longo do último ano, estes voluntários tem feito um trabalho indispensável de controlo e assistência à colónia de gatos, praticamente sem apoio da Autarquia e em condições muito duras, uma vez que não existe qualquer ponto de abastecimento de água ou espaço para a higiene e a assistência médico-veterinária aos animais doentes.

Apesar das condições adversas, a saúde e bem-estar desta colónia de gatos aumentou consideravelmente no último ano, devido ao trabalho dos voluntários que se deslocam duas

vezes por dia, antes ou depois de uma jornada de trabalho, e que têm de vir carregados com alimentos, água, utensílios de cozinha, medicação, mantas, etc. Um espaço local para apoiar este trabalho iria poupar esforço e tempo que seriam direcionados para aquilo que é mais importante: a manutenção do parque e a assistência aos animais. Basicamente, bastaria adaptar parte de um dos edifícios existentes junto à entrada da Rua do Borja ou no núcleo do Moinho, a um pequeno centro de natureza e bem-estar animal.

Com uma intervenção mínima e sem qualquer descaracterização do edificado histórico, seria possível desenvolver actividades de apoio aos animais que habitam o parque, bem como promover acções de educação e sensibilização para o património e o ambiente. Mas, mais do que isso, este poderia ser o início de um projecto, apoiado pela Câmara Municipal de Lisboa e Junta de Freguesia da Estrela, que certamente acolheria o entusiasmo da população local e atrairia mais apoios e voluntários para ajudar esta pequena população silvestre que encontrou uma casa na Tapada das Necessidades.

Certa da melhor atenção, fico ao dispor para colaborar em qualquer iniciativa que vise defender os valores patrimoniais e ambientais da Tapada das Necessidades, bem como a sua integridade urbana e cultural.

MUNICÍPE P [REDACTED]

Concordando na generalidade com outros pontos já levantados pelos Amigos da Tapada das Necessidades, venho por este meio acrescentar ao debate público em torno do Plano de Salvaguarda da Tapada das Necessidades, a necessidade de incluir os interesses de uma população residente e extremamente importante, que mantém este espaço vivo e limpo de roedores: **os Gatos da Tapada!**

Como a Câmara Municipal de Lisboa sabe, existe na Tapada das Necessidades uma colónia, já com mais de 30 gatos, alguns deles trazidos pela própria Câmara, e que têm sido apoiados e cuidados essencialmente por um pequeno número de voluntários.

É em nome destes voluntários e do animais cuja listagem envio em anexo, que venho propor que um dos edifícios da **zona Norte** seja recuperado e transformado num **Centro de Apoio aos Gatos da Tapada das Necessidades**, que deverá incluir:

- Uma zona de apoio à preparação dos alimentos, com um balcão e um lava-loiças, com água para as limpezas dos utensílios, e uma máquina de lavar-roupa para a limpeza de panos de limpeza, toalhas e mantas usadas nos abrigos;
- Uma zona de arrumação, com porta de segurança, para serem guardadas as rações, recipientes e outro material de apoio;
- Uma zona de internamento, com condições de higiene para acolher algum animal mais doente ou frágil que necessite de ficar no interior ou sob vigilância.

Este Centro de Apoio poderia também promover um **centro de adoção** para alguma cria que nasça no recinto ou mesmo para alguns dos gatos adultos mais dados à convivência com humanos.

A saúde e bem estar destes animais aumentou consideravelmente no último ano, muito graças ao trabalho de voluntários que se deslocam duas vezes por dia, antes ou depois de um dia intenso de trabalho, e que têm de vir carregados com alimentos, água, utensílios de cozinha, medicação, mantas, etc. Um espaço local para apoiar este trabalho iria poupar esforço e tempo que seriam direcionados para aquilo que é mais importante: o cuidado com os animais. Mas, mais do que isso, este pode ser o início de um projeto, apoiado pela Câmara Municipal de Lisboa e Junta de Freguesia da Estrela, que certamente vai acolher o entusiasmo da população local e

atrair mais apoios e voluntários para ajudar esta pequena população silvestre que encontrou uma casa na Tapada das Necessidades.

Posto isto, aproveito para subscrever os pontos já levantados para a Tapada das Necessidades, que deve ser considerada como património nacional:

- Não a projetos de construção e a novos usos que não salvaguardam, mas alteram a identidade, a matriz histórica e a integralidade patrimonial deste espaço natural, em particular na zona da Tapada que é um contínuo histórico e ainda nas áreas onde passam as galerias subterrâneas do Aqueduto das Águas Livres, como na Zona Norte.

- Não ao estimular de recreio através de restaurantes, cafetarias, anfiteatro, por causarem impacto negativo no património histórico e natural do lugar e por destruírem a harmonia e a tranquilidade do mesmo.

- Sim, ao recreio na Natureza, contido e respeitador. Sim a atividades de índole cultural e didáticas.

- Fixação de um horário apenas diurno.

- Que os dinheiros públicos sirvam para melhorar a nossa qualidade de vida, preservando a nossa identidade a fim de deixar aos nossos filhos a herança que recebemos.

- Respeitar e preservar a Tapada, o primeiro jardim paisagista em Lisboa, no seu traçado, na sua vegetação, nos seus elementos estruturais ou decorativos e nos seus elementos hídricos. Todo o conjunto desempenha relevantes funções socioculturais e ambientais que carecem de proteção.

Apelamos a que a participação cidadã, segundo o formato definido pela CML, seja tida em conta nas intervenções na Tapada das Necessidades.

MUNÍCIPE Q

Uma vez restaurada em todas as suas componentes e reintegrada organicamente no conjunto monumental de que faz parte, que a tapada possa ser desfrutada nos exactos termos em que foi concebida sem prejuízo de poder igualmente voltar a ser usada em representação externa do estado.

Termina hoje a consulta pública sobre o excelente ante-plano de salvaguarda da tapada das Necessidades que o vereador José Manuel Sá Fernandes em boa-hora mandou fazer, em estreita colaboração com a Associação dos Jardins e Sítios Históricos, para aplacar a justificada indignação geral que causou a divulgação das intenções duma empresa privada do sector da restauração à qual teria sido concessionada uma parte do edificado da tapada para nela instalar restaurante, café e loja.

A elaboração deste documento de grandíssima qualidade é portanto a demonstração cabal de que a responsabilidade pela salvaguarda da integridade dum bem patrimonial nacional, como é a tapada das Necessidades, pode confiadamente ser delegada numa entidade autárquica na condição de ela agir em todas as etapas do processo sob supervisão dos serviços competentes da administração central e de mãos dadas com os especialistas e as entidades privadas de interesse público que conheçam não só a história detalhada desse bem como as melhores práticas internacionais de restauro, conservação, mecenato e desfrute sustentável - que é o que felizmente não falta por essa Europa fora.

Neste caso concreto é além disso muito aconselhável refletir sobre o futuro da tapada com os olhos postos na história do conjunto patrimonial de que ela faz parte desde o início e portanto tendo também presente o uso diplomatico que lhe foi dado enquanto jardim dum palácio onde

foram amiúde alojados visitantes estrangeiros e no qual residiram muitos dos nossos chefes de estado do século XIX e portanto onde eram constantemente recebidos diplomatas, residentes ou não, quer para entregar credenciais, quer para praticar diligências quer para partilharem refeições com os anfitriões quer para participarem em recepções nos jardins - histórico esse que viria a influenciar mais tarde a decisão refletida de instalar o ministério dos Negócios Estrangeiros no antigo palácio e no antigo colégio.

2. Para melhor se compreender a génese da actual tapada começemos no entanto por lembrar que foi em resultado da emulação acesa com os jesuitas sobre o melhor método de ensinar as ciências que o rei D João V doou aos oratorianos em 1747 o prédio em construção na encosta por trás do palácio, também ainda em construção, a popular ermida de NS das Necessidades e uns terrenos a poente de ambos e a norte do futuro colégio, que mandara comprar dois anos antes a dois particulares para aquela que viria a ser a maior cerca conventual de Lisboa.

O novo oratório foi instalado no referido prédio em maio de 1751 e logo em julho, um ano depois da morte de D João V, foram iniciadas, na presença do sucessor, D José, as conferências da Aula Experimental de Física, que depressa adquiririam um grande prestígio sobremaneira depois de Teodoro de Almeida, na sequência da destruição total das instalações do primeiro oratório de Lisboa, o do Espírito Santo, ter tido que ir viver para as Necessidades, milagrosamente ilesas.

Quatro anos depois, 1759, dá-se todavia a inesperada inclusão dos colégios oratorianos, que eram sete no continente, na decisão do marquês de Pombal de mandar fechar todos os colégios jesuitas, que eram trinta no continente, o que se viria a traduzir no fecho do das Necessidades em 1767, 26 anos depois de ter começado a funcionar, e no desterro de Teodoro de Almeida para o Porto e depois para França, só tendo voltado a abrir dez anos depois, após a morte do rei e a queda do seu primeiro-ministro, embora se desconheça o destino preciso que entretanto tinham levado os instrumentos científicos que equipavam não só o gabinete de Física Experimental como o Observatório Astronómico - que viria a ser convertido por D Carlos numa Casa de Regalo e já neste século na sede do gabinete do antigo presidente e Alto Representante da Aliança das Civilizações da ONU.

Depois dessa interrupção de dez anos e de um segundo perigoso de 25 anos de funcionamento pleno, entre 1777 e 1807, o colégio é atingido pelo impacto brutal da transferência durante catorze anos dos órgãos de soberania e da administração central para a nova capital do reino no Rio de Janeiro, e da presença em Lisboa de tropas francesas e britânicas - tendo o palácio das Necessidades sido a residência do duque de Wellington.

Acresce que, depois de voltar a funcionar em plenitude por um período final de doze anos, e não obstante ter sido na sua afamada biblioteca que, durante quase dois, entre janeiro de 1821 e novembro de 1822, os deputados constituintes eleitos no final de 1820, fundamentalmente 100 do continente e 100 do Brasil, um por cada 30 mil pessoas, redigiram a nossa primeira constituição escrita, e que D João VI jurou as respetivas bases logo após o desembarque da viagem de regresso do Brasil, em julho de 1821, acontecimentos que não terão deixado de marcar profundamente um dos mais jovens alunos de então, Alexandre Herculano, a outrora famosa Aula Experimental de Física não conseguiria sobreviver à extinção definitiva e imediata de todas as congregações católicas masculinas decretada pelo governo de regente D Pedro IV em maio de 1834, e fecharia para nunca mais reabrir.

Depois destes primeiros 88 anos de vida acidentada como montra do verdadeiro método de estudar e hospício de professores, o convento e a respetiva cerca foram naturalmente agregados ao palácio mediante a sua progressiva conversão em residência complementar e tapada mas o espírito que presidiu à criação por D João V e por D José dum

colégio científico de referência continuou vivo na prioridade elevada que os seus descendentes deram à proteção das ciências, em especial da medicina, teórica e prática.

3. Apesar de desde sempre fisicamente separadas por uma rua, o palácio real e o colégio tinham sido recentemente unidos por uma ampla escadaria coberta mandada construir por D Miguel quando partira as pernas, o que viria a facilitar muito a integração dos dois prédios quando pela primeira vez o palácio real das Necessidades foi residência oficial dum monarca reinante, D Maria II, praticamente desde que ela chegou em 1833 até que morreu em 1853 com excepção dumas semanas em Queluz logo após o desembarque e de alguns anos em Belém dez anos depois, durante as obras que mandou fazer.

Com efeito é a partir de 1844 que terão lugar importantes obras de remodelação do palácio e que, tirando partido da abundância de água, tanto a transportada pelo duplo ramal do aqueduto das Águas Livres que atravessava a cerca como sobretudo a dum mina subterrânea, D Fernando II procede à conversão daquela numa verdadeira tapada real, contratando o paisagista Jean Bonnard para o assessorar na operação de substituição de um jardim barroco afrancesado por um jardim romântico inglês, e dum mata utilitária, pomares e uma grande leira de trigo por uma grande mata ornamental, e à construção entre os dois dum jardim zoológico com uma ampla esplanada, debruçada sobre o vasto relvado que substituíra os canteiros do jardim anterior, e delimitada por uma estufa fria, a Casa Fresca.

Além da remodelação do palácio e da conversão da cerca conventual numa tapada romântica, também o antigo convento foi então adaptado a residência anexa do palácio o que viria a permitir a transferência do rei viúvo e dos seus outros seis filhos quando o primogénito D Pedro V subiu ao trono em 1853 e, tal como sua mãe, fez do palácio das Necessidades a sua residência oficial - tendo sido ele a mandar construir o elegante *conservatory* em contraponto à Casa Fresca, na outra ponta da esplanada do jardim zoológico.

O rei viúvo D Fernando II e os seus outros filhos ficaram no prédio do antigo colégio até à morte prematura de D Pedro V em 1861, com apenas 24 anos, na sequência da da rainha D Estefânia em 1859, com 22 anos e apenas um ano depois do casamento, acontecimentos funestos por causa dos quais também o novo soberano, D Luís, foi viver para Caxias e, depois do seu casamento, para a Ajuda, de tal forma que só após a morte deste em 1889, 28 anos depois da morte do último monarca residente, o palácio das Necessidades voltaria a ser morada de chefes de estado, D Carlos e D Manuel II.

D Carlos é o último soberano a usar a tapada das Necessidades ao serviço da representação externa do estado, de que o último acto ficou célebre: por ocasião do XV Congresso Internacional de Medicina, organizado em abril de 1906 pelo renomado psiquiatra Miguel Bombarda, sete mil convidados do rei foram recebidos no grande relvado da tapada ao som de seis bandas militares.

4. Em 1926, os serviços internos do ministério dos Negócios Estrangeiros, que até então tinham estado sempre no Terreiro do Paço, junto dos demais ministérios, são transferidos para as Necessidades tendo começado por ocupar apenas as instalações do antigo palácio real, vazias desde o 5 de outubro, enquanto decorriam obras de adaptação, dirigidas pelo arquiteto Raul Lino, nas instalações do antigo colégio, ocupadas também a partir de 1952.

A unidade orgânica entre o palácio e o antigo colégio forjada por D Miguel e D Fernando II viria a ser muito útil aquando da ocupação de ambos pelo ministério uma vez que a utilização do andar nobre do palácio real para actos de representação externa do ministro e do primeiro-ministro, e do resto do vasto espaço palaciano para o exercício das demais funções do protocolo

de estado, para a realização de reuniões na antiga biblioteca da rainha, para o armazenamento e consulta por investigadores externos do arquivo diplomático e do acervo bibliográfico e para o alojamento de outros departamentos da secretaria-geral, requerem o trânsito constante de funcionários nos dois sentidos.

Mas a unidade orgânica entre esses dois prédios e a tapada, igualmente forjada por D Fernando II, foi desfeita com a cessão ao ministério da Agricultura da tapada a qual, com exceção duma memorável recepção dada pelo então ministro Jaime Gama aos seus homólogos da OTAN que vieram reunir-se no Estoril em junho de 1985, praticamente nunca mais voltou a ser usada no quadro da representação externa do estado.

Depois de em 1988 o ter tentado em vão com o ministério dos Negócios Estrangeiros, que incompreensivelmente o recusou porque a dívida acumulada à EPAL era de 80 mil contos..., em 1991 a ministério da Agricultura sub-cedeu à CML a manutenção dos jardins centrais da tapada em troca da abolição da obrigatoriedade de porte de cartão de visitante para poder usufruí-la gesto que, no entanto, com a inclinação natural que ela tem, a falta de estacionamento útil circundante e o barulho transportado pelo vento do trânsito rodoviário e ferroviário da ponte sobre o Tejo, nunca originou a afluência almejada.

Em 2008, perante a anunciada intenção do ministério da Agricultura de devolver a posse da tapada à direção-geral do Património, a secretaria-geral do ministério dos Negócios Estrangeiros chegou a analisar informalmente durante algum tempo o quadro duma eventual gestão integrada, com o palácio e o antigo colégio, tendo para o efeito sondado todas as entidades relevantes, desde o IGESPAR, que recentemente aceitara dirigir a reabilitação da igreja do antigo convento do Sacramento, para nela ser instalado um auditório para o Instituto Diplomático, à GNR, que em virtude da nova lei da Segurança Interna aprovada nesse ano estava de volta às Necessidades, à Santa Casa, que gere o jardim escola que a tapada alberga, e à EPAL, que tem jurisdição sobre o ramal abandonado do aqueduto das Águas Livres, passando por potenciais mecenias do financiamento da já então imperiosa reabilitação, sobretudo do complexo sistema hidráulico.

Nesse contexto chegou a ser discutido informalmente com o então presidente do IGESPAR a eventual classificação do conjunto como monumento nacional e a concomitante criação dum museu ou duma estrutura equiparada - idealmente dirigida por um historiador das Necessidades do calibre do embaixador Manuel Corte Real a quem devemos o impecável estado de conservação do palácio e do antigo colégio

Esse museu sob tutela do ministério dos Negócios Estrangeiros seria responsável pela gestão integrada da abertura ao público do triplo monumento nacional embora em diferentes modalidades compatíveis com o funcionamento e a segurança quer daquele ministério, quer do Instituto da Defesa Nacional quer do gabinete do antigo presidente da república quer do jardim escola da SCML.

Ou seja, todos os dias, no caso da tapada, para ver os jardins e a mata, as estufas e o jardim zoológico, a cisterna da mina de água sulfurosa e o túnel subterrâneo de ronda do mecanismo hidráulico que fazia funcionar por gravidade a fonte monumental que subsiste no jardim em frente ao palácio.

E aos fins de semana, no caso do antigo colégio, para ver a escadaria dos alunos, as salas da Aula de Física Experimental, a escadaria dos embaixadores desenhada por Raul Lino e o que resta da antiga biblioteca e sede das cortes constituintes, a antiga cozinha e o refeitório, os retratos dos ministros, a escadaria dos oratorianos e o jardim de buxo, e, no caso do antigo palácio real, para

ver a dupla escadaria triunfal, a sala onde o rei recebia as credenciais dos embaixadores, a sala onde o chefe da casa militar recebia os beneplácitos dos adidos militares, as outras salas de recepção, a grande casa de jantar, a antiga biblioteca do rei e a antiga biblioteca da rainha e a capela, aberta ao culto e integrada na paróquia de Santos-o-Velho.

Não foi no entanto preciso o ministério dos Negócios Estrangeiros tomar nenhuma decisão porque entretanto a CML propôs ao ministério da Agricultura, ainda em 2008, a celebração dum novo protocolo de sub-cessão de toda a tapada, incluindo uma parte das construções, a fim de nela poder ser instalado um restaurante, objectivo esse que, depois de muitas peripécias, viria a redundar no projeto arquitectónico da empresa que venceu o concurso recente para a respetiva concessão, projeto que tem sido alvo de grande contestação pela agressão que representaria a erecção dum prédio novo no lugar do antigo jardim zoológico.

5. Possa o debate assim gerado levar à reconsideração do caminho tomado e consequentemente, tal como defendido por tantos intervenientes, a que, uma vez restaurada em todas as suas componentes e reintegrada organicamente no conjunto monumental de que faz parte, porventura sob forma dum museu ou duma estrutura equiparado sob a tutela do ministério dos Negócios Estrangeiros, a tapada das Necessidades seja desfrutada nos exactos termos em que foi concebida e sempre que possível, sem prejuízo de poder igualmente voltar a ser usada em representação externa do estado, lembrando pedagogicamente sempre aos visitantes os valores simbólicos de que está carregada, tão importantes para a formação das novas gerações e para o auto-conhecimento das actuais.

MUNICÍPIO R [REDACTED]

Sobre o teor do Projeto de “salvaguarda” da Tapada das Necessidades vários aspetos requerem a tomada de posição e intervenção de todos os que conhecem e disfrutam daquele espaço.

1º O Município apresentou um documento de 98 páginas, das quais 33 páginas resumem-se a informação de valor histórico, de interesse limitado para a situação presente. A informação, criteriosamente selecionada, visa justificar ou legitimar as intervenções subsequentes na Tapada. Um documento desta extensão e com este conteúdo é um convite à não leitura por parte de munícipes pouco disciplinados e com uma fraca tradição de intervenção pública e cívica.

2º Os anexos apresentam uma qualidade gráfica deficiente, o que dificulta a identificação e leitura por parte de quem procura compreender que espécies serão mantidas, quais as que serão abatidas e onde e que intervenções ocorrerão quer sobre a vegetação e sobre as zonas edificadas.

3º A ficha técnica indica que a proposta resulta do apoio prestado por 3 arquitetos paisagistas, uma engenheira agrónoma, uma professora universitária cuja área científica não é especificada e por um biólogo. De onde se conclui que não foram consultados nem engenheiros florestais, nem engenheiros do ambiente cujo conhecimento científico teria certamente sido mais útil do que o de arquitetos paisagistas, mais preocupados com a forma, do que com as consequências sobre a preservação das espécies, a sustentabilidade das mesmas ou sobre o impacto ambiental. Esta tendência aliás pode ser observada na maior parte das intervenções recentes em espaços verdes na cidade de Lisboa (ex. espaço em frente à Casa dos Bicos, zona Ribeirinha junto ao complexo habitacional do Braço de Prata, zona Ribeirinha entre Santa Apolónia e Cais do Sodré ou Jardim de Santos, apenas para citar alguns exemplos).

Que critérios presidiram à escolha daquela equipa de consultores no projeto?

4º Os 10 hectares deste espaço verde são dos poucos nesta parte da cidade onde ainda é possível passear sem os habituais ruídos provenientes da imposição de música de animação de espaços de restauração ou de estabelecimentos congéneres, sendo os residentes também

poupados à vista artificial e estéril dos espaços verdes moldados em formas geométricas, que contrariam o desenvolvimento natural de arbustos e árvores.

Como é que este projeto garante que a intervenção prevista não resultará em mais uma ação abusiva, perturbadora do silêncio e do descanso de quem habita, trabalha ou disfruta daquela zona da cidade considerando a dimensão e impacto das intervenções nos espaços verdes e edificados?

5º Lisboa é uma cidade com temperaturas médias contínuas no Verão acima dos 34 C, pelo que a preservação de árvores com copas frondosas são uma riqueza natural e uma absoluta necessidade numa cidade cada vez mais desprovida de aprazíveis zonas verdes e de sossego. O abate previsto de espécies arbustivas e de árvores na Tapada apenas virá agravar esta situação, que lamentavelmente caracteriza a generalidade da cidade de Lisboa, com consequências sobre a audição de ruído, que resulta da passagem de tráfego na ponte 25 de Abril e nas zonas circundantes. É também preocupante o anúncio do abate de todas as espécies arbóreas na entrada da Casa do Regalo (p.67), bem como a sugestão de podas compreendendo a remoção por exemplo no caso de uma Araucaria bidwill “do andar de baixo e verificação de como reage” (p.67). Esta prática de poda é injustificável e desnecessária. O abate de árvores “mortas ou quase mortas” (p.67) na cidade de Lisboa significa frequentemente o abate de árvores saudáveis sem qualquer fundamento (ex. árvores do separador central em frente ao número 56 da Av. 24 de Julho, as 15 árvores jovens e saudáveis plantadas ao longo da Av. Infante D. Henrique em frente à Casa dos Bicos, conjunto de cedros (foram abatidos vários) que existiam junto ao passeio marítimo da Docca da Marinha e que foram abatidas sem qualquer razão). Os trabalhos de abate, poda ou manutenção de árvores e espécies arbustivas são muitas vezes conduzidos por funcionários sem qualquer formação e mais grave ainda sem qualquer supervisão técnica ou científica.

Como é que este projeto pode garantir que tal não acontecerá, quando estes trabalhos de manutenção dos espaços verdes têm sido nos últimos anos conduzidos na Tapada, por funcionários da CML sem competências técnicas e sem supervisão?

6º Na Tapada existem animais (uma colónia de gatos, galináceos, patos e pavões) que são diariamente alimentados e tratados por voluntários espontâneos, sem qualquer apoio da CML. De facto, alguns dos gatos são abandonados ao seu destino na Tapada por funcionários da CML, após processos de esterilização sem que sejam observados os tempos de espera necessários à recuperação dos animais. O mesmo acontece com galinhas e pavões removidos de outros jardins e abandonados na Tapada. Nenhuma destas espécies tem acesso a abrigo, com a dimensão adequada, água ou comida, dependendo absolutamente do apoio destes voluntários espontâneos, que se organizaram entre si e que às suas expensas (detalhadamente documentadas) zelam pela segurança, cuidados veterinários, alimentação e bem estar destes animais. As obras de intervenção nos espaços verdes e no património edificado irão afetar muito negativamente o delicado equilíbrio destas pequenas comunidades de animais.

Como irá o projeto garantir que esse equilíbrio não será afetado?

7º Todo o projeto afigura ter contornos pouco claros a avaliar pela informação veiculada pela comunicação social de que o vereador proponente terá pressionado um diretor municipal, que dele depende, para rever um parecer que inviabilizava a aprovação das obras previstas para a Tapada das Necessidades por elas contrariarem o contrato de concessão. O diretor aceitou o pedido e escreveu no novo parecer que o fazia por solicitação do vereador, posto o que o projeto foi aprovado. O projeto resulta da vontade de uma pessoa, de um interesse economicista de uma concessão e não de uma genuína intenção de preservar um espaço verde para a cidade.

Houve ou não alteração do parecer inicialmente emitido?

8º O projeto é omissivo em relação a uma escola do ensino pré-escolar, sem licenciamento e sem acesso direto à rede de saneamento básico público localizada na vertente Sul da Tapada (p.60). Esta tem vindo a ocupar indevidamente o espaço verde circundante tendo como consequência o corte de vegetação e o abate de árvores.

O que pretendem fazer com esta instalação?

MUNICÍPE S

Apesar do excelente trabalho de inventariação botânica e investigação histórica até ao século XX, creio que falta no Antepiano de Salvaguarda da Tapada das Necessidades informação relevante sobretudo depois da sua afectação, em 1939, à Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas (DGSFA). Em 1954, criou-se com a reestruturação da DGSFA, o Centro de Estudos de Mesologia e Desenvolvimento Florestal. Com a integração desta estrutura na Estação Florestal Nacional (EFN), criada em 1977, a Tapada passou a estar afectada a esse organismo de investigação florestal. Com a construção das instalações definitivas da Estação Florestal Nacional na Quinta do Marquês, em Oeiras, em 2001, saiu a EFN da Tapada das Necessidades. Este período histórico, muito rico para a investigação florestal nacional, não poderia deixar de ser referido e aprofundado no Antepiano para completar o excelente trabalho feito em relação aos períodos anteriores.

O carácter florestal da Tapada é, por outro lado, também muito significativo no património construído, com as estruturas de casas de guarda que eram comuns nas áreas afectadas ao Regime Florestal. É de recordar que a Tapada das Necessidades está submetida ao Regime Florestal, o que implica diversas consequências legais aparentemente não consideradas no Antepiano. Finalmente registre-se a obrigação legal de que estas áreas possuam um Plano de Gestão Florestal específico, que aparentemente não existe, e onde estariam expressas as condicionantes florestais à gestão daquele espaço.

São estes os meus comentários, de quem viveu de perto a Tapada por ter sido o último director da Estação Florestal Nacional e da Tapada das Necessidades entre 1998 e 2000, altura em que foi possível reflectir sobre a história daquele espaço no âmbito do projeto Europeu Raphael que permitiu a elaboração do Livro "Necessidades, Jardins e Cerca, Livros Horizonte (2001) com coordenação de Cristina Castel-Branco, e permitiu o restauro de uma das casas de guarda junto do Instituto de Defesa Nacional com participação da então Direcção Geral do Património Cultural.

A Tapada precisa urgentemente de um Plano Director que tenha uma visão e uma estratégia clara, onde poderão seguramente entrar concessões como as pretendidas pela CML mas só depois do Plano estar completamente definido. Mais de 20 anos depois da Estação Florestal Nacional ter saído da Tapada não se compreende porque razão esse Plano Director, que integraria o Plano de Gestão Florestal e todas as outras componentes relevantes (desde o rico património subterrâneo), não existe ainda.

A urgência aconselha que se façam as intervenções da forma mais correcta, não queimando etapas, começando por um bom Plano Director, consensual, que respeite todas as vertentes do riquíssimo património que representa a Tapada. O Antepiano de Salvaguarda é um bom recomeço, mas a exigência de um verdadeiro Plano Director é uma obrigação de todos para que não se comprometa, com soluções pouco pensadas, um património histórico que pode ser depois irrecuperável.

MUNICÍPE T

O contributo que se apresenta decorre da análise do Plano enquanto arquitecto atento à gestão do território, e como utente dos espaços do domínio público.

1 - ENQUADRAMENTO “Tudo está em aberto na Tapada”. (Vereador José Sá Fernandes) Em planeamento tem de se começar pelo **global**, formalizando primeiramente o dono da obra um Programa Preliminar, o qual suporta a elaboração das fases seguintes do Projecto de Acção, e que consequentemente detalha os objectivos, desenvolve as intervenções e estabelece um faseamento e calendário. O objectivo primeiro e central deve ser de cuidar e regenerar o património, criando adequadas condições, bons ambientes, e só depois atender ao objectivo da rentabilização, que poderá justificar um negócio, cujo sucesso depende obviamente do contexto humano, de ambientes cuidados, de correta gestão dos espaços interiores e exteriores, de uma dinâmica de procura real sustentada, numa participação cidadã, numa **“ética planetária”**. **O que fica na memória depois de uma visita à actual Tapada?** Desolação pelo estado geral, tristeza pelo desamor aos canteiros estropiados, desanimo pelas mutilações ao jardim dos gatos, à degradação dos pavimentos, ao desrespeito pela água, contestação da presença de “manadas” de galináceos cocós brancos esgravatando em tudo quanto está viçoso e de outros bandos de animais que sujam indiscriminadamente qualquer terreiro, e ainda a patética pratica de dar comida a gatos vadios. A deficiente manutenção, a desconsideração pelas edificações, o estado de abandono e de ruína a que chegaram, são factos reveladores da falta de propósitos condignos, mas apesar de tudo ainda sobram algumas coisas positivas, a classificação das árvores, os relvados, e porque o recreio é mínimo, não existem invasões de grandes grupos, o silêncio e a paz permanecem. **O “Monumento” sobrevivente** A harmonia da Real Quinta das Necessidades, traduzida na planta de Filipe Folque e traçado paisagista de Bonnard de 1856, deveria ser rejuvenescida fomentando a generosidade conceptual de outrora, e ser um verdadeiro museu vivo ao ar livre. Diversas dessintonias foram introduzidas ao longo dos tempos, pequenas atrocidades tasquinhando o lado nascente e raquíticos “puxadinhos”, miseráveis e desastrosos, pelo que uma avaliação por inteiro tem de estar obrigatoriamente presente. A Tapada com 10 hectares felizmente não é local de atravessamento ou passagem. O desnível de 55 metros entre a cota mais baixa (27,50) e cota mais alta (82,50), distantes cerca de 500 metros entre si, desmotiva e trava as deslocações pelo seu interior para quem pretenda entrar por uma porta e sair pela oposta.

2 - ANALISE NA GENERALIDADE DO PLANO Procede-se a uma análise apreciativa dos aspectos positivos e daqueles que merecem um esclarecimento porque, ou pouco claros, ou ambíguos.

2.1 - Positiva apreciação geral Transcreve-se da súmula constante no site da CML o ponto fundamental do Plano estabelecer *“uma estratégia que garanta a sua recuperação, conservação, requalificação global e manutenção a longo prazo”*. Resulta da elaboração do Plano um profundo conhecimento da Tapada, dos problemas existentes, mas sobretudo uma maior segurança nas tomadas de decisão nos momentos cruciais. As propostas de salvaguarda presentes no Plano tentam juntar coisas inseparáveis, procuram soluções que integrem as diversas complexidades, balançando os contraditórios, conduzindo a alternativas fortes e ajustadas. Existe uma visão do todo e com base nos dados inventariados é possível *“implementar um projecto de gestão e manutenção sustentável priorizando as acções mais urgentes”*.

2.2 - Relativamente ao edificado O Plano identifica 3 conjuntos de situações: - construções que não apresentam condições para serem recuperadas, quer pela ausência de interesse patrimonial e arquitectónico, quer pelas deficiências estruturais, pelo que deverão ser **demolidas** - construções que apresentam condições para serem **reabilitadas** para futuros usos - construções com interesse histórico e patrimonial que devem ser **reabilitados** e **preservados**, e onde a componente de Conservação e Restauro impõe uma estratégia de intervenção que **valorize** e dê resposta às necessidades específicas de cada edifício e de cada material que o constitui

2.3 - Vistas É enunciada uma positiva orientação no sentido de desobstruir algumas vistas devido à densidade do coberto arbóreo, da altura exagerada de alguns espécimes, e do matagal a esmo. Há que salvaguardar o sistema de vistas, desde as panorâmicas/miradouros sobre a cidade até às mais expressivas sobre frentes históricas da Tapada.

2.4 - Rede de caminhos Correto diagnóstico sobre a apreciável degradação dos caminhos, a maior parte com inclinações superiores a 6%, o que implicará a definição de aprimorados critérios de intervenção.

2.5 - Esgotos É apresentado um detalhado inventário que tenta explicar o estado desgraçado da drenagem das águas pluviais, valetas e sumidouros obstruídos, elevado escoamento superficial, e demais danos colaterais. Neste contexto, é imprescindível executar um levantamento e prospecção arqueológica de todo o sistema hidráulico de abastecimento, de circulação de água e do escoamento das chuvas, que no passado e no seu conjunto terá permitido o funcionamento das várias peças de água em presença (lagos, fontes, antiga cascata, etc.)

2.6 - Os jardins Subscreve-se integralmente que os jardins *“enquanto espaços de convivência continuada e prolongada de espécies vegetais autóctones e exóticas, de gestão sábia da água, de utilização seletiva de espécies, são de particular valia neste momento exigente de adaptação às alterações climáticas”*, a que acresce o aumento da procura em tempo de pandemia. A atitude de haver uma **abordagem cautelosa** no sentido de *“fazer tão pouco quanto seja necessário para cuidar do sítio e torná-lo utilizável mas, por outro lado, alterar tão pouco quanto seja possível para que o seu significado cultural fique retido”*, deverá ser o **mote central a seguir em todos os tipos de intervenções nos verdes e no edificado**.

2.7 - Valorizar o património edificado da Tapada Sublinha-se a acertada orientação de *“recuperar, conservar e, em alguns casos, reconverter este património é essencial, para que a singular paisagem histórica da Tapada seja devolvida à sociedade e apresentada à Lisboa do século XXI, inscrita finalmente na memória colectiva dos habitantes da cidade”*. O património encontra-se elencado em três tipos: histórico **com relevância** arquitectónica e artística; **sem relevância** histórica mas com potencial funcional que é possível e desejável reutilizar quando recuperado; **hidráulico** com relevância histórica, afirmando a importância do aqueduto e propondo a sua recuperação.

3 - APRECIÇÃO DE ALGUMAS PROPOSTAS CONSTANTES NO PLANO

3.1 - Geral Subscrevem-se as positivas orientações relativas às “coisas” a restabelecer: recuperar a dignidade e segurança na entrada norte; recuperar estruturalmente o antigo muro limítrofe e aqueduto que o acompanha em quase toda a extensão; estabelecer uma relação mais próxima e dinâmica com a entrada sul, incrementando o vínculo com o miradouro, com o rio Tejo e com a cidade; devolver à Tapada a relação privilegiada com os jardins do Palácio a nascente

3.2 - Edifícios O Plano identifica os elementos a recuperar, a reconstruir integralmente e aqueles a demolir e a remover. Naquilo que diz respeito à sua reutilização, os usos específicos têm de ser eficazmente integrados numa **dinâmica geral de avaliação das capacidades de acolhimento e de vocações intrínsecas** a cada um dos casos.

3.3 - Sistema hídrico e hidráulico Em termos de gestão da água coloca-se o conceito multidimensional da sustentabilidade, começando por se questionar desde logo a lógica de “crescimento constante” e combatendo-se o desperdício de recursos. O Aqueduto e toda a

antiga rede subterrânea de alimentação que existia, justifica a apropriada proposta de “no âmbito do projecto de recuperação específico a desenvolver conjuntamente pela CML e pela EPAL, um estudo aprofundado baseado em sondagens arqueológicas, análises e prospecções no terreno, por forma a aferir a viabilidade da reabilitação total ou parcial deste sistema e a recuperar a sua importância no âmbito da salvaguarda de toda a Tapada”.

3.4 - Pavimentos O conjunto restrito de soluções de pavimentação a aplicar, motivará decisões que deverão atender ao enunciado no ponto anterior, e ainda ter em conta outras problemáticas tais como, a drenagem, os declives, a permeabilidade dos revestimentos, favorecer a penetração da água das chuvas no solo.

4 - FASEAMENTO ESTRATÉGICO PRELIMINAR Registam-se para os três níveis delineados no Plano, no que se refere ao património edificado, os seguintes considerandos e recomendações:

- *Fase 1: Trabalhos prioritários, por degradação avançada e problemas estruturais ou fitossanitários evidentes: -Demolição e reconstrução do conjunto edificado do topo norte (UE2)*
- **A demolição deverá ser integral, sem reconstrução, esta área deverá ficar totalmente desafogada.** - *Recuperação do conjunto do antigo jardim zoológico - núcleo educativo e/ou cafeteria-restaurant (UE9) - As sugestões de uso são as mais controversas se atendermos aos princípios enunciados. A confirmar-se a utilização para restauração, traduzir-se-á em ampliações, (conceito que não consta em todo o Plano), aumento de solicitações, capacidades de acolhimento, sobrecargas pontuais, infra-estruturas de abastecimentos, de produção de lixo, etc.* - *Instalações sanitárias públicas (UE12) - Definir locais obedecendo a rigorosos critérios* - *Recuperação de sistema de drenagem e de rede de caminhos* - **As intervenções neste domínio devem obedecer a uma visão estratégica devidamente coordenada com a utilização da ÁGUA, lagos, recuperação do tanque na cobertura da Casa do Fresco, criar cisternas para rega, etc, e articulada com o proposto no primeiro ponto da fase seguinte.**

- *Fase 2: Trabalhos essenciais para requalificação e valorização histórica da Tapada: - Recuperação do sistema hídrico e hidráulico, mediante elaboração de estudo / projecto específico* - **Esta intervenção deveria estar na Fase 1, porque essencial. Deverá constituir o exemplo do como e por onde se começa, revelador do modo como se pretende introduzir novas preocupações de qualidade e de respeito pelas exigências climáticas.** - *Recuperação e reactivação de lagos, fontes e bebedouros (PA) - Ver alínea anterior* - *Reconstrução de edifício para albergar núcleo de gestão e acolhimento da Tapada (UE3); Deveria estar mais bem balizado o que se entende por reconstrução, tanto mais que a sua caracterização constante na Ficha aponta para a demolição integral.* - *Redefinição do limite e requalificação da Escola Básica Fernanda de Castro (UE13); Aspecto importante porque, dentro de um território logicamente murado por se tratar uma Tapada, criar um sub mundo vedado com rede é um contra-senso*

- *Fase 3: Outros trabalhos de requalificação e reconversão de usos: - Conjunto edificado a recuperar com possibilidade de afectação a novos usos. Reconversão de edifícios para escola de jardinagem e arboricultura (núcleo de formação profissional) (UE8) e implantação de horta e viveiro de apoio (UV2) - Deveria estar mais bem balizado o que se entende por reconversão, apesar da caracterização constante na Ficha.* - *Reconstrução de edifício devoluto para oficinas/estúdios (UE5) - Conforme consta na Ficha deverá ser integralmente demolido e não ser reconstruído.*

5 – SÍNTESE

5.1 - Faseamento Deveria ser aprofundado o justificativo relativamente às 3 fases consideradas, quer em termos do seu número, quer de prioridades e calendarização, atendendo a que o planeamento tem de refletir uma visão estratégica sobre as acções a desenvolver. **A primeira fase das intervenções deveria ser nas áreas da Água e dos Caminhos.**

5.2 - Ambientes A criação de ambientes apetecíveis preservando a identidade do lugar e as suas ascendências, é razão primeira e prioritária para que apeteça ir, visitar e ficar desfrutando do espaço livre e generoso da Tapada, para além da dimensão ecológica e da biodiversidade. Subscrive-se o objectivo central de ***“recuperar e revitalizar o encontro entre a Tapada e a cidade, entre a vida urbana e o paraíso de lazer e sossego que a Tapada deve constituir”***, tendo presente a harmonia e a generosidade dos tempos passados.

5.3 - Usos e utilizações Concorde-se genericamente com as sugestões para os usos dos edifícios a reabilitar, desde o foro didático, formativo, de funcionamento da Tapada, até à óbvia dimensão cultural. A quantidade de volumes disponíveis **não justifica ampliar ou adicionar mais edificação**, pelo que a afectação do existente deve estar sujeita a uma cuidada ponderação em função das características de cada situação. Deverá ser implementada a orientação de restabelecer elos entre a Tapada e os territórios contíguos que foram invadidos, nomeadamente pelo Ministério da Defesa, pelo que se sugere a formalização de protocolo para utilização do **amplo auditório existente no Instituto da Defesa Nacional**, que julgamos estar muito disponível. Também dotar a Tapada de equipamento efémero, tipo **quiosque**, em local criteriosamente escolhido, sem grande impacto ambiental, parece oportuno e desejável, devendo merecer projecto específico. No que diz respeito a um admissível serviço de **cafeteria**, poderia ser equacionado, mas nunca admitindo um serviço de **restauração** pelas amplas repercussões a que obrigaria em nova construção, acessibilidades e infra-estruturas. O mote central deverá ser ***“Fazer tão pouco quanto seja estritamente necessário”***.